

*Essas lutas também são nossas!*

## **28/11 é dia de paralisação unificada do funcionalismo paulista. Todos e todas contra os cortes na educação, as privatizações e a reforma administrativa**

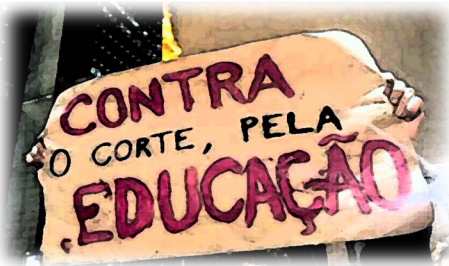
As entidades representativas do funcionalismo paulista estão se unificando na reação ao pacote de maldades do governador Tarcísio de Freitas. Em resposta aos três projetos enviados por ele à Assembleia Legislativa (Alesp) – todos danosos para a sociedade, para os serviços públicos e para os servidores e as servidoras – está sendo convocado um dia de paralisação geral das categorias para 28/11, com manifestação na Alesp a partir das 15h.

### **As maldades do governo Tarcísio**

De uma só vez, em 17/10/2023, o governador enviou à Alesp:

- **A proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023**, que pretende alterar a Constituição paulista e reduzir os investimentos públicos em educação de 30% para 25% do orçamento estadual. De acordo com os valores de hoje, isso corresponde a até R\$ 10 bilhões por ano a menos para a educação.

- **O projeto de lei (PL) 1.501/2023**, que privatiza a Sabesp. A empresa que fornece água a cerca de 28,4 milhões de clientes



em 375 cidades paulistas está na mira do capital privado, que deseja abocanhar a parte que ainda pertence ao governo paulista (50,3%).

- **O projeto de lei complementar (PLC) 138/2023**, que inicia a reforma administrativa no estado, começando com os cargos comissionados e de confiança. A pretexto de enxugar o total destes cargos, esta primeira parte da reforma é, na verdade, um balão de ensaio para as medidas que o governo quer impor ao conjunto do funcionalismo paulista. A proposta é implantar a remuneração por “subsídio”, acabando com os direitos que o governador classifica de “penduricalhos”, como os quinquênios, sextas-partes e outros, abrindo

caminho para a revisão do ingresso por concurso público e da estabilidade, além de precarizar o trabalho.

### **Paralisação e ato em 28/11**

A **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, que agrupa cerca de 90 entidades, entre elas as que compõem o Fórum das Seis, está entre os organizadores das atividades chamadas para 28/11. Além da paralisação de um dia, está sendo convocado, com o apoio das centrais sindicais, um grande ato público em frente à Alesp, com concentração a partir das 15h.

### **Fórum das Seis indica**

Dada a gravidade das medidas propostas pelo governo Tarcísio, que têm impacto direto nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, nos direitos de seus servidores e servidoras e nos serviços públicos prestados à população, o Fórum das Seis indica às categorias que discutam a participação na paralisação de 28/11 e, no caso de quem está na Grande SP, a presença na manifestação conjunta na Alesp.

### **Milhões sem energia: A realidade da privatização bate à porta**

As fortes chuvas que castigaram o estado de São Paulo em 3/11 deixaram mortes e estragos, entre eles o corte de energia em 1,2 milhão de residências. No fechamento deste boletim, em 7/11, a informação da Enel, a empresa privada que comprou a antiga Eletropaulo em junho de 2018, é que o fornecimento está “quase normalizado”, cinco dias depois do apagão.

A precariedade dos serviços prestados pela empresa italiana estampou, de forma explícita, o significado da privatização de serviços essenciais, como o fornecimento de energia e de água. Dados apresentados pela própria Enel à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o número de funcionários da empresa caiu 36% de 2019 até agora (*Portal UOL*, 6/11/2023). Eram 23.835 naquele ano, entre próprios e terceirizados, e são 15.366 em 2023. Já o total de clientes atendidos (entre domicílios e empresas) na região metropolitana de SP cresceu 7%, passando de cerca de 7,31 milhões em 2019 para aproximadamente 7,85 milhões em 2023.

### **Sinal de alerta: Casa Civil convoca reitores para discutir retirada de verbas**

O secretário da Casa Civil do governo estadual, Arthur Lima, convocou os reitores das universidades estaduais paulistas para uma reunião no dia 14/11. Segundo informações do reitor da Unesp e presidente do Conselho de Reitores/Cruesp, professor Pasqual Barretti, durante reunião do Conselho Universitário em 26/10, o objetivo do governo é discutir possíveis “repasses” de verbas das universidades para a educação básica.

A alegação de falta de verbas na educação básica é, no mínimo, curiosa. Se faltam recursos, como explicar a PEC 9/2023, enviada pelo governo Tarcísio à Assembleia Legislativa? O objetivo da PEC é reduzir o percentual mínimo constitucional das receitas do estado para a educação, de 30% para 25%, o que significaria um prejuízo anual em torno de R\$ 10 bilhões.

# Unificação das lutas foi tema de audiência pública na Alesp. Fórum das Seis esteve presente

**R**epresentantes de várias entidades sindicais do funcionalismo participaram de uma audiência pública na noite de 31/10, na Assembleia Legislativa (Alesp), convocada pela **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público** e organizada pelo mandato do deputado Carlos Giannazi (PSOL).

O eixo da audiência foi a organização das categorias para uma reação unificada aos projetos enviados pelo governador Tarcísio à Alesp (corte na educação, reforma administrativa e privatização da Sabesp).

Giannazi lembrou os ataques que vieram antes, ainda no governo Doria, como a LC 1.361/2021 (que retirou o direito às faltas abonadas e acabou com o reajuste do adicional de insalubridade), a Lei 17.293/2020 (que aumentou a contribuição ao Iamspe e extinguiu órgãos como a Sucen e os institutos de pesquisa Florestal, Geológico e Botânico), a EC 49/2020 (reforma da Previdência). Citou também a LC 173/2020, do governo Bolsonaro, que congelou a contagem de tempo para quinquênio, sexta-



A audiência pública em 31/10, na Alesp

que fazer agora”.

Falando em nome da coordenação do Fórum das Seis, a professora Michele Schultz, presidenta da Adusp, também vinculou os ataques anteriores às maldades do governador atual. “Tivemos quase três décadas de ataques dos governos

do PSDB e, agora, nosso desafio é maior ainda. Se antes eram políticas neoliberais, agora são políticas ultraliberais”, disse. Para ela, o objetivo é claro: transferir os recursos públicos para os setores dominantes.

A coordenadora do Fórum lembrou a importância da luta do funcionalismo. “São os serviços públicos que garantem os direitos sociais, principalmente da população menos assistida.”

-parte, licença-prêmio e outros. “Diante destes novos ataques, temos que ampliar a resistência, com grandes mobilizações”, conclamou.

O presidente da Pública-Central do Servidor, José Gozze, lembrou também da tentativa de reforma da Previdência do então governador Mário Covas, derrotada por uma forte mobilização dos servidores. “Chegamos a juntar 50 mil pessoas na Alesp e 30 mil em frente ao Palácio dos Bandeirantes. E é isso que temos

## Descongela, já!

### Audiência discute projeto que devolve tempos congelados pela LC 173

**A** Câmara Municipal de SP sediou uma audiência pública na noite de 6/11, organizada pela Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater o projeto de lei complementar (PLP) 21/2023, de autoria da deputada federal Luciene Cavalcanti (PSOL-SP).

A atividade foi uma solicitação da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público.

A deputada avaliou as perspectivas de aprovação do projeto, que prevê o descongelamento dos tempos aquisitivos confiscados pela LC 173/2020, a lei federal aprovada pelo Congresso para regulamentar a ajuda da União aos estados e municípios em meio à pandemia e que “embutiou uma granada no bolso” dos servidores e das servidoras de todo o país, nas palavras do então ministro Paulo Guedes. O PLP 21 também propõe o pagamento dos retroativos.

A dedicação ao trabalho durante a pandemia de Covid-19 foi “premiada” pelo governo Bolsonaro com a perda do tempo de 28/5/2020 a 31/12/2021 para fins de aquisição de benefícios como quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio. Também proibiu a concessão de reajustes salariais e contratações no período.

A audiência teve a presença de participantes de dezenas de entidades do funcionalismo, entre elas o Fórum das Seis, representado à mesa por sua coordenadora e presidente da Adusp, Michele Schultz. A gravação da audiência pode ser conferida em

[https://www.youtube.com/watch?v=E-luRdDYj\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=E-luRdDYj_U)

#### Tramitação

Após ser aprovado na Comissão de Administração e Serviço Público, o PLP 21/2023 encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e já conta com parecer favorável do deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP), relator do projeto. Está pautado para votação nesta comissão na quarta, dia 8/11. “É possível que algum deputado peça vistas e a votação atrase, mas é importante estarmos atentos”, disse Luciene.

Se aprovado, o próximo passo será a Comissão de Consti-



tuição e Justiça, a última antes de o PLP 21 estar pronto para votação em plenário.

“Na CCJ, estamos em corrida contra o tempo. Seria interessante aprovar ali ainda este ano, pois é presidida pelo deputado Rui Falcão, do PT. Não sabemos quem será o presidente no ano que vem”, ressaltou a parlamentar, lembrando que cabe a ele indicar o relator, colocar os projetos em votação etc.

#### Pressão e abaixo-assinado

O abaixo-assinado que pede a aprovação do PLP 21/2023 já conta com 150 mil assinaturas. Se você ainda não assinou, o link é <https://lucienecavalcante.com.br/descongelaaja/>

Também é possível pressionar os deputados e as deputadas que integram as comissões envolvidas na tramitação do PLP 21. Em breve, o Fórum das Seis divulgará os nomes e redes de todos.

#### Apoio aos marinheiros da USP

Ao final da audiência, foi aprovada uma moção de apoio aos marinheiros da USP, ameaçados de demissão sem direitos (*veja matéria na página seguinte*).



## Boletim do GT Verbas aponta crescimento das perdas. Cruesp mantém silêncio sobre reunião

**E**m 2022 e 2023, a forte atuação das entidades representativas das categorias, por meio do Fórum das Seis, permitiu a recuperação de parte das perdas que vinham sendo cobradas das reitorias. Em fevereiro/2022, tivemos o reajuste de 20,67% e, em maio/2023, 10,51%.

É preciso avançar. Como demonstra o boletim de outubro do GT Verbas – grupo de trabalho ampliado da Adusp –, ainda faltam 14,17% para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012. Desde aquele mês até setembro/2023, deixamos de receber o equivalente a 19,1 salários devido à inflação não reposta.

O Fórum aguarda retorno sobre a solicitação de agendamento de reunião com os reitores, conforme sinalizado durante encontro com o presidente do Cruesp, professor Pasqual Barretti, em junho.

Em atendimento à solicitação do presidente do Cruesp, o Fórum já encaminhou a sequência dos temas da **Pauta Unificada 2023** para discussão na reunião

**Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar o poder aquisitivo de maio/12 e massa salarial perdida desde maio/12**

	IPCA (setembro/23)	IPC-FIPE (setembro/23)	Fórum das Seis* (setembro/23)
Índice	0,26%	0,29%	0,11%
SR	87,65%	90,34%	87,59%
Reajuste	14,09%	10,70%	14,17%
Salários perdidos	18,6	15,2	19,1

\* O Fórum utiliza o ICV-Dieese até fev/2020 e INPC após esta data

- SR: Poder aquisitivo do salário recebido em setembro/23 em relação ao salário de maio/2012

- A última linha da tabela mostra o número de salários que deixamos de receber desde 1/5/2012

a ser marcada:

- Revisão salarial do segundo semestre;
- Valorização dos níveis iniciais das carreiras;
- Questões de saúde e condições de trabalho;
- Permanência Estudantil;
- Políticas de financiamento e relação com o governo do Estado.

Além disso, o Fórum insiste na criação de um Grupo de Trabalho (GT)

Previdência entre as partes, tema relevante para a comunidade acadêmica, tendo em vista as muitas reformas e mudanças previdenciárias nos últimos anos. E também deseja debater com o Cruesp, na perspectiva de ações conjuntas, os efeitos da provável Reforma Tributária sobre o financiamento das universidades estaduais e do Centro Paula Souza.

## Fórum apoia marinheiros da USP, ameaçados de demissão sem direitos

**N**a manhã de 1º/11/2023, um novo ato foi realizado no Porto de Santos, em defesa dos 30 marinheiros que atuam nos navios Alpha Crucis e Alpha Delphini, funcionários do Instituto Oceanográfico (IO) da USP.

Organizados pelo Sintusp, eles resistiram a mais uma investida da reitoria da USP, que os pressiona a deixarem as embarcações e se conformarem em ser demitidos sem recebimento de seus direitos.

O anúncio das demissões, em maio deste ano, aconteceu após a súbita decisão do reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr. de ressuscitar um processo administrativo iniciado 14 anos atrás (2009), sob a alegação de os trabalhadores teriam sido contratados de modo “ilícito”, sem concursos públicos. Ocorre que eles sempre receberam salários, FGTS e demais direitos diretamente da USP. Alguns estão na Universidade desde a década de 1980. Se há erros, foram cometidos pela USP e não pelos trabalhadores.

Além de romper os contratos de trabalho e se recusar a pagar seus direitos,



Tripulantes dos navios, dirigentes do Sintusp e apoiadores no dia 1º/11:  
Por respeito e garantia de direitos

a reitoria da USP contratou uma empresa terceirizada (Brasil Atlântico Treinamento Infraestrutura e Serviços Marítimos Ltda) para substituí-los e quer impor a realização da transição sem antes resolver a situação dos marinheiros.

A professora Michele Schultz, coordenadora do Fórum das Seis e presidenta da Adusp, participou do ato no dia 1º/11. Impedida de entrar pela Guarda Uni-

versitária da USP, que havia recebido ordens do diretor do IO, Paulo Sumida, ela manifestou solidariedade aos tripulantes e à representação do Sintusp.

O Fórum das Seis repudia qualquer tentativa truculenta de desembarcá-los e insta a reitoria da USP a buscar uma solução que garanta o diálogo democrático com as entidades representativas e os direitos dos trabalhadores.